

A ESCOLHA DO TEMA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

choosing the topic in social sciences and humanities

José Costa D'Assunção Barros¹

Resumo

Este artigo busca desenvolver uma reflexão acerca da Pesquisa nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, particularmente direcionada para os pesquisadores que se defrontam com este que é primeiro momento de um caminho de pesquisa a ser iniciado: a escolha do Tema. A principal intenção do artigo é trazer uma contribuição para alunos e professores dos campos de conhecimento relacionados às ciências sociais e humanas, oferecendo algumas sugestões práticas e meios para o entendimento e o esclarecimento sobre aspectos relacionado à Teoria e à Metodologia no que se refere à condução do processo de Pesquisa. O artigo desenvolve aspectos abordados no livro *O Projeto de Pesquisa em História*, publicado pelo autor.

Palavras-chave: Pesquisa. Teoria. Método. Ciências Humanas. Conhecimento Científico.

Abstract

This article attempts to develop a reflection about the Human and Social Sciences Research, particularly dedicated to the researches that who are in this first moment of a research to be developed: the chosen of the Theme. The principal intention of the article is to contribute with students and professors of social and human knowledge fields, giving some practical suggestions and means for understand and clarify some aspects refereed to Theory and Methodology in reference to the conduction of the research process. The article develops aspects treated in the book *O Projeto de Pesquisa em História*, publicized by the author.

Key words: Research. Theory. Method. Human Sciences. Scientific Knowledge

Introdução

O conhecimento, esta imagem é já usual no ensino de Metodologia Científica, é uma complexa viagem para a qual o viajante – aqui considerado como uma metáfora para o Pesquisador – deverá imbuir-se de um aparelhamento adequado que inclui os recursos teóricos e metodológicos, além de um conjunto de fontes ou materiais dos quais poderá começar a extrair conclusões a partir de problemas corretamente formulados. Por outro lado, a própria viagem – o recorte de espaço e tempo a ser percorrido pelo viajante – precisa ser mais do que nunca corretamente delimitado para que uma Pesquisa científica se torne efetivamente viável. No presente artigo, refletiremos sobre este primeiro e fundamental passo que deve dar o Pesquisador, que corresponde à própria Delimitação de seu Tema.

¹ Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A Pesquisa e a Escolha do Tema: considerações iniciais

A escolha de um tema para pesquisa mostra-se diretamente interferida por alguns fatores combinados: o *interesse* do pesquisador, a *relevância* atribuída pelo próprio autor ao tema cogitado, a *viabilidade* da investigação, a *originalidade* envolvida. Mas é preciso reconhecer que, por outro lado, a estes fatores mais evidentes vêm se acrescentar inevitavelmente outros dos quais o próprio pesquisador nem sempre se apercebe. Existe por exemplo uma pressão indelével que se exerce sobre o autor a partir da sua sociedade, da sua época, dos paradigmas vigentes na disciplina em que se insere a pesquisa, da Instituição em que se escreve o pesquisador, ou do conjunto dos seus pares virtuais e concretos.

Tudo isto incide de maneira irresistível e silenciosa sobre o autor, mesmo que disto ele nem sempre se dê conta. Tornar-se consciente dos limites e desdobramentos sociais e epistemológicos de uma temática é uma questão estratégica importante para aquele que se empenha em viabilizar uma proposta de pesquisa, sendo forçoso reconhecer que o sucesso na boa aceitação de um projeto depende em parte da capacidade do seu proponente em conciliar os seus interesses pessoais com os interesses sociais mais amplos. Começaremos então por aqui.

Já se disse que um tema deve ser relevante não apenas para o próprio pesquisador, como também para os homens de seu tempo – estes que em última instância serão potencialmente os leitores ou beneficiários do trabalho realizado. Para evocar o campo das ciências históricas, podemos evocar a célebre frase, cunhada por Benedetto Croce e reapropriada por Lucien Febvre¹, de que “toda história é contemporânea”. Sempre escrevemos a partir dos olhares possíveis em nossa época, e necessariamente escreveremos não só sobre aquilo que de nossa parte consideramos ser relevante, mas também sobre aquilo que tem relevância para nossos próprios contemporâneos. Tirando eventuais arroubos visionários e prenunciadores de interesses futuros, todo historiador tem pelo menos um de seus pés apoiado no seu tempo. Por trás de sua escrita, é a um leitor que ele busca (conscientemente ou não).

Continuemos exemplificando com o campo disciplinar da História, pois ele pode ajudar a iluminar também outras áreas das ciências humanas, ou mesmo outros campos de saber relacionados às ciências naturais ou exatas. O problema da relevância de um tema histórico, como na verdade de qualquer campo de conhecimento, atravessa questões algo complexas. É preciso considerar que aquilo que uma época ou sociedade considera digno de estudo poderá ser ou ter sido considerado irrelevante em um outro momento histórico ou

situação social. No século XIX, pouca gente imaginava no campo da historiografia ocidental que um dia iriam se tornar tão atrativos os estudos sobre a Mulher nas várias épocas históricas. Mas a partir da segunda metade do século XX este tem sido precisamente um dos temas mais cotejados pelos historiadores do Ocidente. Sem dúvida contribuíram para isto os movimentos feministas, a gradual inserção da mulher no mercado de trabalho, o reconhecimento acadêmico e político das minorias e maiorias oprimidas, e outros tantos processos que se desenvolveram no decurso do século XX.

Foi especificamente sob o contexto destes processos mais amplos que os silêncios historiográficos a respeito da Mulher passaram a ser ciosamente preenchidos pelos historiadores das mais diversificadas tendências, e até com uma certa avidez que buscava como que compensar o tempo perdido pelas gerações anteriores. As próprias mulheres do século XX, por outro lado, passaram a partilhar também aquela função de historiador que antes era exercida quase que exclusivamente pelos homens. De todos os lados surgiram obras sobre “A mulher na Idade Média”, “A mulher escrava no Brasil Colonial”, “A mulher na Revolução Francesa”, e também obras sobre personalidades históricas femininas. Na segunda década do século XX começaram inclusive a ser publicadas, primeiro na França e depois em outros países, obras panorâmicas sobre a História das Mulheres, em vários volumes, abarcando épocas e sociedades diversas.

Assim, um campo temático que em uma época anterior poderia ter sido taxado de irrelevante, ou que naquele momento sequer teria sido cogitado no seio da disciplina histórica, passava a constituir nesta outra época uma escolha historiográfica extremamente significativa. Eis aqui os olhares da sociedade presente e os seus movimentos internos fornecendo caminhos em pontilhado aos historiadores que, por vezes sem percebê-los, vão percorrendo-os quase que espontaneamente.

Existe ainda, para além das questões relacionadas ao reconhecimento social da relevância temática, a questão mais delicada das pressões políticas e éticas que se exercem sobre o pesquisador que escolhe o seu tema ou delimita o seu problema de estudo. As escolhas éticas do pesquisador constituem certamente uma dimensão intrincada e complexa do trabalho histórico, sendo oportuno notar que esta dimensão ética se vê por diversas vezes perturbada por fatores menos relacionados com a “ética” propriamente dita do que com a “política” no seu sentido mais corriqueiro e cotidiano.

Incorporar uma dimensão ética à pesquisa científica é, sem sombra de dúvida, uma das mais legítimas preocupações que devem assaltar o pesquisador neste início de milênio. O cientista que inicia uma pesquisa sobre a possibilidade de clonar seres humanos deve refletir

demoradamente sobre as implicações sociais desta possibilidade. O físico que libera as energias do átomo deve refletir preventivamente sobre as possibilidades de utilização das suas descobertas para a indústria bélica – para depois não precisar se refugiar naquele argumento vazio de “neutralidade” que advoga que o papel dos físicos é apenas desenvolver tecnologia, deixando-se aos políticos a obrigação moral de encaminhar adequadamente a utilização dos produtos desta tecnologia.

Da mesma forma, pode-se postular que a escolha de certos caminhos historiográficos e sociológicos deva ser permeada por uma reflexão ética correspondente. A que interesses servem o meu produto? Quais as futuras implicações do que agora escrevo? Que caminhos aqui se abrem, e que caminhos aqui se fecham? Contribuo para um mundo melhor, ou pelo menos mais divertido? É legítimo que o historiador interrogue a si mesmo acerca das responsabilidades envolvidas na leitura da História que ele mesmo produz. “Ciência com consciência”² – têm clamado nestas últimas décadas os filósofos de uma nova ecologia do conhecimento. “História com consciência histórica” – deveria ser um dos ecos deste clamor.

Mas há também o outro lado da questão. O “politicamente correto” é uma construção social do momento, como bem sabem os historiadores. O cuidado com o “eticamente adequado” e com o “politicamente correto” deve funcionar como fator *enriquecedor*, e não como fator *imobilizador*. Assim, se a sensibilidade do público e da comunidade acadêmica em relação a certo tema ou abordagem beneficia-se de oscilações através do tempo, para o desenvolvimento destas oscilações não deixam de contribuir também, com a sua iniciativa e com a sua práxis, os próprios historiadores. Para além disto, o tempo vivido é sempre o maior avalista de um objeto de estudo. Quantos temas históricos e perspectivas interpretativas – que um dia talvez tenham sido considerados empreitadas tão delicadas quanto caminhar através de um campo minado – não se tornaram possíveis depois que se “esfriaram” os acontecimentos !

Consideremos, a título de exemplo, os eventos traumáticos dos mega-atentados terroristas às torres gêmeas do World Trade Center em Nova York, no início deste novo milênio. Sob o peso do horror de milhares de mortes, dificilmente um pesquisador ocidental poderia enfrentar comodamente – nas proximidades cronológicas e espaciais deste evento – o desafio de escrever uma tese sobre “a importância dos mega-atentados de 2001 para a redefinição de uma futura política internacional mais socialmente conduzida”. Passados alguns anos, certamente começarão a surgir as teses e reflexões políticas menos comprometidas com as reações emocionais imediatas àqueles acontecimentos, e portanto mais acadêmicas ou profissionais. Hoje em dia qualquer historiador americano estuda

Saladino, o grande líder islâmico medieval, sem se engajar em uma Cruzada. Mas qual deles se arriscaria – nestes dias seguintes aos mega-atentados, com a fumaça dos escombros ainda chegando aos céus de Nova York – a escrever teses explorando alguns dos lados mais espinhosos desta questão tão minada de ambigüidades?

Vale a pena visitar um ponto de vista exterior à Disciplina para iluminar a reflexão sobre o desejado equilíbrio entre ‘envolvimento ético’ e ‘distanciamento crítico’ na pesquisa histórica. Ao examinar os limites do conhecimento histórico, o antropólogo Da Matta tece alguns comentários que devem ser considerados:

“A eventos distantes no tempo corresponde uma predominância de interpretações acadêmicas em contraste com interpretações políticas; o evento está mais ‘frio’, para usarmos um qualificativo inventado por Lévi-Strauss. Concomitantemente, um evento mais próximo no tempo é um fato ainda se desenrolando entre nós. Um episódio que não esgotou suas ondas de impacto. Daí, certamente, as dificuldades de uma interpretação ‘fria’ acadêmica e a multiplicidade de interpretações políticas. Trata-se de um episódio ‘quente’, que se desenrola diante dos nossos olhos, e que ainda depende de nossa ação sobre ele”³

A escolha de um tema, enfim, freqüentemente se faz sob a força de ondas de impacto que nem sempre são percebidas pelos pesquisadores. Por outro lado, se os horizontes de expectativas de uma sociedade exercem sua irresistível influência sobre os historiadores na escolha de seus temas, também as práticas disciplinares vigentes em um período contribuem com a sua silenciosa pressão sobre os pesquisadores, com ou sem a consciência destes. O “paradigma” de uma determinada disciplina, em certa época, estende-se acima de todos os seus praticantes como um manto invisível, mesmo que haja diferenças radicais entre vários dos setores deste campo disciplinar e também resistências ao paradigma preponderante. Examinemos de perto esta questão recorrendo mais uma vez ao campo historiográfico.

No mundo ocidental, a Historiografia do século XIX havia se constituído tradicionalmente em torno do campo político, direcionando-se mais especificamente para o desenvolvimento dos Estados Nacionais. Ao lado desta historiografia francamente nacionalista, e freqüentemente imbricada nela, havia também a “História dos Grandes Homens”, conforme o modelo apregoado pelo historiador escocês Thomas Carlyle. No que concerne ao estilo do seu discurso, de modo geral a Historiografia tendia a ser francamente narrativa (e pouco analítica ou estrutural como ocorreria no século XX). A própria narrativa historiográfica assim produzida era essencialmente uma ‘narrativa linear’ (não dialógica*, e não complexa). Com relação ao ponto de vista em torno do qual se organizava esta narrativa linear, era sempre o do poder instituído, e a História tinha uma tendência a ser quase sempre

uma “História Institucional”. Era neste ‘modo historiográfico’ que os historiadores estavam habitualmente mergulhados, e os temas que selecionavam para suas pesquisas e reflexões aí se inscreviam de maneira imperiosa.

Na Historiografia do século XX, pelo menos a partir da sua terceira década, instalou-se ou reforçou-se uma tendência nova, que foi se tornando cada vez mais preponderante. A partir da chamada *Escola dos Annales**, das novas formulações marxistas e de tantas outras contribuições historiográficas, consolidou-se precisamente um novo tipo de História, que relativamente ao seu modo de constituir o objeto de estudo e o discurso do historiador pode ser chamada de “História-Problema” – expressão que será aqui tomada no sentido de uma “história problematizada”, construída em torno de hipóteses e de análises de profundidade, e não mais como uma História que é mera ordenação factual ou descritiva.

De certa forma Karl Marx (1818-1883), no próprio século XIX, já havia sido um precursor deste novo tipo de História juntamente com outros historiadores isolados. O fundador do Materialismo Histórico* estava preocupado com um problema muito específico quando elaborava as suas análises sociológicas e históricas: o problema do desenrolar da luta de classes e de sua inserção em um modo de produção específico. Esta história já *problematizada* proposta pelas obras de Marx contrasta francamente com a produção historiográfica de seu tempo – situação que se veria invertida a partir do século XX. Já não teria muito sentido para este novo século uma História meramente descritiva ou narrativa, no sentido exclusivamente factual. Aos historiadores impunha-se agora a tarefa não de simplesmente descrever as sociedades passadas, mas de analisá-las, compreendê-las, decifrá-las. Tratava-se, por um lado, de constituir um problema central que guiasse a reflexão historiográfica a ser realizada; de outro lado, cumpria trazer a discussão desenvolvida em torno do problema escolhido para a superfície do discurso.

Exemplificando com casos mais concretos, não faria mais sentido – a não ser em uma obra de divulgação para o grande público – produzir uma história descritiva e narrativa dos acontecimentos que marcaram a Revolução Francesa. O que se exigia do historiador agora era que ele recortasse um problema dentro da temática mais ampla da Revolução Francesa – como por exemplo o problema da “dessacralização do poder público na Revolução Francesa”, o problema da “influência das idéias iluministas nos grupos revolucionários”, ou o problema da “evolução dos preços na crise que precedeu o período revolucionário”.

O “Problema” passou a ser um recorte que deveria ser feito necessariamente no “tema”, conforme os novos parâmetros da própria disciplina histórica. Ao lado disto, o pensamento

historiográfico passou a ser cientificamente conduzido por hipóteses, e não mais pela mera ambição descritiva ou narrativa. Levantar questões torna-se a partir de então uma dimensão fundamental para este novo tipo de História, conduzindo-a para muito além das explicações de tipo linear dos antigos historiadores.

De igual maneira, reconheceu-se na História que passou a preponderar no século XX a existência de uma pluralidade de perspectivas possíveis – e passou-se a falar também em uma “História vista de baixo”, em uma história das massas, e mesmo em uma história do indivíduo anônimo (em contraposição à velha biografia dos heróis oficializados). Com tantos novos desenvolvimentos, uma inédita diversidade de temáticas e de problemas possíveis para o trabalho historiográfico pôde ser pensada pelos pesquisadores do século XX, ao passo em que outras temáticas mais tradicionais foram se eclipsando. Na primeira metade deste século, por exemplo, declinaram as biografias de grandes personagens históricas, embora nas últimas décadas deste mesmo século elas tenham começado a retornar de forma totalmente distinta, mostrando-se já como “biografias problematizadas” que buscam iluminar através de uma vida os aspectos mais amplos da sociedade e não meramente ilustrar a vida de um grande rei ou herói.

Acompanhando as novas tendências, os domínios da História ampliaram-se extraordinariamente para âmbitos diversos – da cultura material até as mentalidades – e mesmo o Presente foi declarado território de exploração para o historiador, com a proposta de uma “história imediata” (ou de uma “história do tempo presente”). Tornando-se mais interdisciplinar, a História incorporou as abordagens de outras disciplinas como a Antropologia, a Lingüística e a Psicanálise, ampliando ainda mais a sua disponibilidade temática. A velha história política, com suas escolhas temáticas entre o institucional e o individual de elite, com seu olhar de cima e sua perspectiva eurocêntrica, teve de ceder espaço a uma nova história com a sua miríade de novos temas, a eclipsar os antes tradicionais objetos de estudo que, agora, teriam de esperar novas reviravoltas para recuperar algum espaço no palco historiográfico⁴.

Os campos temáticos da historiografia, como se vê, vêm e vão de acordo com as próprias flutuações histórico-sociais e em sintonia com as mudanças de paradigmas historiográficos. O mesmo se pode dizer dos diversos outros campos de estudos relacionados às ciências sociais ou humanas, e na verdade de qualquer campo de saber em geral. Pretendemos dar a perceber que os temas e problemas selecionados para pesquisas não constituem inteiramente uma escolha dos pesquisadores. A Sociedade, a Instituição e a comunidade de pesquisadores deste ou daquele campo disciplinar na qual eles se inscrevem

exercem o seu papel de criar um universo de temáticas possíveis a partir das quais os pesquisadores fazem as suas escolhas. Dizer que estas escolhas são inteiramente livres seria uma quimera. A historiografia, tal como já assinalou Michel de Certeau, inscreve-se em um “lugar de produção” bem definido⁵, e o mesmo pode ser dito, de fato, a respeito de qualquer campo de saber científico.

É claro que compete aos pesquisadores de cada campo de saber inovar e propor novos temas e problemas para as suas pesquisas. Mas é somente a custa de muitas resistências vencidas que os temas radicalmente inovadores passam a ser tolerados e respeitados, antes de passarem a compor com outros o repertório de temas historiográficos possíveis ou até de se tornarem a moda do momento. Para retomar a questão das pesquisas realizadas dentro de instituições acadêmicas, ou mais especificamente das teses de mestrado ou doutorado, temos de reconhecer que a margem de escolha para os pesquisadores é frequentemente ainda mais restringida. Por vezes, estes têm de se adequar às linhas de pesquisa* ou áreas de concentração da Instituição em que pretendem se inserir. Uma vez aceitos, terão de buscar um orientador e negociar com este o tema proposto. Não raro o orientador manifestará o interesse de que o orientando se encaixe em um Projeto maior que está coordenando, ou de que o orientando se sintonize com outros temas que já se encontram sob sua orientação. O interesse do orientador também é um dado legítimo, se quisermos falar mais francamente, e este dado passa a interagir de um modo ou de outro com o interesse mais específico do orientando.

Uma solução para o pesquisador que já possui um interesse temático muito bem estabelecido, e que pretende ingressar em um Programa de Pós-Graduação, é investigar previamente qual a Instituição e quais os orientadores desta Instituição que melhor se sintonizarão com os seus objetivos. Esta será uma boa estratégia para diminuir a margem de conflitos, embora em uma certa medida os conflitos sejam inevitáveis e até desejáveis. Lidar habilmente com os conflitos de interesse que orbitam na relação ‘Orientador / Orientando / Instituição’ pode mesmo contribuir para enriquecer um tema, e não necessariamente para despedaçá-lo.

As escolhas que dependem mais diretamente do pesquisador

Colocadas estas questões pertinentes às pressões externas que se abatem sobre um tema de pesquisa ou que o beneficiam, consideremos agora o que deve ser levado em conta

do ponto de vista do próprio pesquisador quando da escolha de seu tema e da formulação do seu problema.

Antes de mais nada, o pesquisador deve perguntar a si mesmo se o tema escolhido efetivamente o interessa. Nada pior do que trabalhar em uma pesquisa com a qual não nos identificamos. Uma pesquisa sobre um tema sem interesse para o autor, apenas com vistas a assegurar um título de mestre ou de doutor (situação que tantas vezes se verifica), corre o risco de se tornar meramente burocrática, e de repassar aos futuros leitores e à banca que examinará a tese a mesma sensação de enfado que assaltou o seu autor durante a sua realização. O destino de uma tese como esta é um arquivo que jamais será consultado pelos olhares interessados dos futuros pesquisadores, e que somente será lembrada pelo seu próprio autor como uma tarefa penosa que teve de cumprir um dia para conquistar uma pequena promoção acadêmica ou salarial.

É necessário, portanto, investir em um interesse efetivo quando se busca uma temática para iniciar uma pesquisa – interesse que, trazendo as marcas subjetivas que afetam diferentemente cada pesquisador, pode estar motivado tanto por uma simples curiosidade intelectual como pela intenção mais altruísta de fazer avançar o conhecimento científico.

Já o aspecto da *relevância* do tema escolhido é sempre uma questão delicada. Será relevante escrever uma tese sobre a minha pequena cidade natal, apenas para preencher motivações afetivas que provavelmente me chegam dos tempos de infância? Não seria melhor me dedicar a um assunto de interesse nacional, que correspondesse a um maior número de interesses entre os meus possíveis leitores? Ou, pensando bem, a tese sobre a pequena cidade em que nasci não poderia se converter em um excelente exercício de micro-história ou de antropologia local para compreender a sociedade mais ampla e acessar outras realidades similares?

Procurar indagar sobre que interesse uma certa pesquisa poderá ter para a sociedade corresponde sempre a uma reflexão legítima. Tal como já foi mencionado, a relevância que um autor atribui ao seu próprio trabalho tende a interagir com os critérios de relevância que lhes chegam através da sociedade ou da Instituição, ou ainda através do conjunto de opiniões que o alcançam a partir de seus pares sob a forma de comentários e intertextualidades diversas. De qualquer maneira, o que não se pode é classificar uma pesquisa alheia como “irrelevante” apenas com base nos critérios que nós mesmos resolvemos adotar. Já se disse que “nada do que é humano é alheio ao pesquisador de ciências sociais ou humanas”. Dentro dos limites generosos do “tudo é digno de estudo no campo das ciências humanas”, o

pesquisador deve se esforçar por encontrar um tema que o deixe simultaneamente em paz consigo mesmo e em paz com o mundo que o cerca.

Não existem parâmetros oficiais para medir a relevância de um tema. O que existe é um consenso de que a questão da relevância deve ser constantemente refletida por aqueles que pretendem realizar um trabalho científico. Esta consciência dos aspectos que trazem relevância ao tema, aliás, também deve aparecer no Projeto de Pesquisa – merecendo um capítulo especial que chamaremos de ‘Justificativa’ e que discutiremos mais adiante.

Outro aspecto fundamental a ser considerado por ocasião da escolha do tema é a sua *viabilidade*. Por mais que um tema nos interesse, e por mais que o consideremos relevante, será inútil embarcar na aventura da produção de conhecimento científico se este tema não for viável. Existirá uma documentação adequada a partir da qual o tema poderá ser efetivamente explorado? Se esta documentação existe, conseguirei ter um acesso efetivo a ela? Existirão aportes teóricos já bem estabelecidos que me permitam abordar o tema com sucesso? Se não existirem, terei plena capacidade para forjar eu mesmo o instrumental teórico que me permitirá trabalhar com a temática proposta? O tema proposto requer exame de documentação escrita em língua estrangeira que não domino? Estarei plenamente capacitado para investigar este tipo de temática? Em uma palavra: o meu tema é viável? Eis uma preocupação que, com toda razão, deve pairar sobre a escolha de um tema a ser investigado.

Um fantasma que costuma rondar a escolha de um tema para pesquisa é a obsessão do “ineditismo”. Com frequência se exige das escolhas temáticas que elas sejam perpassadas por algum nível de originalidade. Não tem sentido acadêmico empreender uma pesquisa que rigorosamente já foi realizada, ou escrever uma tese que repita com mínimas variações uma tese anterior. O caráter inovador é ainda mais exigido em uma Pesquisa de Doutorado, mas também na Pesquisa de Mestrado é habitualmente solicitado.

Atente-se, porém, que a originalidade pode aparecer de diversas maneiras em uma pesquisa prevista. Um pesquisador pode inovar no seu tema propriamente dito, nas hipóteses propostas, nas fontes que utilizará, na metodologia a ser empregada, ou no seu aporte teórico. O seu tema já tantas vezes percorrido por outros pesquisadores pode merecer uma interpretação inteiramente nova, mesmo utilizando fontes já conhecidas. Assim, o pesquisador não deve deixar que o persiga obsessivamente a idéia de que é preciso encontrar um tema que ainda não tenha sido trabalhado. Tanto mais que, com uma superpopulação sempre crescente de dissertações de mestrado e teses de doutorado, os temas literalmente virgens tornam-se cada vez mais raros.

Na verdade, é sempre possível inovar – mesmo que a partir de um caminho aparentemente já percorrido. Um exemplo marcante é a obra “A Conquista da América” de Todorov⁶. Este autor conseguiu construir uma obra radicalmente inovadora a partir de um tema e de um problema que já haviam sido trabalhados inúmeras vezes por diversos historiadores, alguns dos quais utilizando as mesmas fontes das quais o escritor búlgaro lançou mão. A inovação, neste caso, esteve concentrada simultaneamente na abordagem teórica empregada e na metodologia utilizada, que incorporou as mais novas possibilidades de análise de discurso e de análises semióticas. A abordagem teórica, elaborando de maneira original conceitos como o de “alteridade”, concedeu mais um matiz de originalidade a esta obra que é hoje uma referência fundamental nos estudos históricos sobre a “Conquista da América”.

Daí pode ser extraída uma lição importante. Não é preciso necessariamente encontrar um tema novo, que não tenha sido abordado antes por outros pesquisadores. Vale também trabalhar um tema já antigo de maneira nova.

Uma derradeira questão, das mais importantes, é a que indaga por uma adequada *especificidade* do seu tema. O “pesquisador de primeira viagem” – marinheiro que atravessa pela primeira vez o oceano das suas possibilidades de produzir conhecimento científico – revela habitualmente a tendência a escolher temas demasiado amplos. A experiência ainda não lhe deu a oportunidade de aprender que um tema, para ser viável, deve sofrer certos recortes.

Ouçamos o que tem a dizer Umberto Eco⁷ acerca desta tentação de “escrever uma tese que fale de muitas coisas” que aparece tão insistentemente entre os estudantes desavisados que iniciam suas primeiras experiências de pesquisa:

“O tema *Geologia*, por exemplo, é muito amplo. *Vulcanologia*, como ramo daquela disciplina, é também bastante abrangente. *Os Vulcões do México* poderiam ser tratados num exercício bom porém um tanto superficial. Limitando-se ainda mais o assunto, teríamos um estudo mais valioso: *A História do Popocatepetl* (que um dos companheiros de Cortez teria escalado em 1519 e que só teve uma erupção violenta em 1702). Tema mais restrito, que diz respeito a um menor número de anos, seria O Nascimento e a Morte aparente do Paricutin (de 20 de fevereiro de 1943 a 4 de março de 1952)”

As considerações de Eco nos colocam diante da necessidade de fazer claras distinções entre ‘campo de interesse’, ‘assunto’*, ‘tema’*, ‘recorte temático’* e ‘problema’. No seu sentido mais lato, “tema” é um assunto qualquer que se pretende desenvolver. Quando se propõe que alguém escreva um texto escolar desenvolvendo o tema da “violência urbana”, espera-se que sejam abordados ou desdobrados alguns aspectos pertinentes a este tema.

Depois de apresentar ao leitor o tema que pretende desenvolver, o autor pode começar nos sucessivos parágrafos a discutir aspectos específicos e diversificados que se desdobram deste tema, como “as causas sociais da violência urbana”, “as formas de prevenção ou de combate à violência urbana”, “a relação entre violência urbana e criminalidade”, e tantos outros.

Conforme deve ser sustentado, “a violência urbana” pode ser um excelente tema para uma redação escolar, para um artigo de jornal, ou mesmo para um livro de divulgação junto ao grande público, mas não é um bom tema para uma dissertação de mestrado ou para uma tese de doutorado. Espera-se, de um trabalho acadêmico de tipo monográfico, ou em modelo de tese, que o tema tenha mais especificidade. Pode-se por exemplo tomar como tema monográfico “A violência urbana no Rio de Janeiro dos anos 90”, ou, mais especificamente ainda, “A interconexão entre a violência urbana e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro dos anos 90”. Ou, quem sabe, “Os discursos sobre a violência urbana nos jornais populares do Rio de Janeiro dos anos 90”. Pode-se dizer que, pelo menos no sentido acadêmico, “violência urbana” é apenas um ‘assunto’ um tanto vago, mas os temas acima propostos sim, seriam temas monográficos dotados de maior especificidade.

Uma “História da América”, por exemplo, está muito longe de ser um tema. É quando muito um ‘campo de estudos’ ou de interesses. A “Conquista da América” é mais específico, mas tampouco é ainda um tema. Na verdade é um ‘assunto’ que pode dar posteriormente origem a um tema mais delimitado, mas para isto terá de sofrer novos recortes. Pode-se estudar por exemplo “a alteridade entre espanhóis e nativos meso-americanos durante a Conquista da América, nas primeiras décadas do século XVI”. Este foi o tema escolhido por Todorov em uma de suas mais célebres obras. Nele já aparecem recortes ou dimensões mais específicos: (1) um *espaço* mais delineado que é a região central do continente americano; (2) um *recorte de tempo* que se refere às primeiras décadas do século XVI; (3) um *problema* que é o da “alteridade” (ou do ‘choque cultural’ entre aquelas duas civilizações distintas).

Nos diversos campos das ciências humanas, é fundamental que o tema de pesquisa apresente recortes muito precisos, que lhe tragam uma identidade temática, afastando do caráter vago que tem a mera menção de um “assunto”. Para dar alguns exemplos, uma pesquisa em Geografia pede um recorte muito bem definido de espacialidade. De igual maneira, na área da História, é preciso que o pesquisador estabeleça, além do um recorte espacial, um recorte temporal muito preciso. Isto corresponde a focar um assunto ainda geral em um “campo de observação” mais circunscrito. Assim, não se estuda em uma tese de doutorado “o Islamismo”, embora este seja um excelente tema para um livro de divulgação

visando o grande público. Pode-se começar por recortar este assunto extremamente vasto propondo-se uma pesquisa sobre o “Islamismo fundamentalista no Afeganistão do final do século XX”. Neste caso, já temos um recorte espacial (o Afeganistão) e um recorte temporal (final do século XX). Poder-se-ia recortar mais ainda o tema, impondo-lhe um campo problemático inicial como “as restrições à educação feminina no Islamismo fundamentalista do Afeganistão do final do século XX”. O ‘problema’* é este ‘recorte final’ – esta questão mais específica que ilumina um tema delimitando-o de maneira singular, e que traz em si uma indagação fundamental a ser percorrida pelo historiador.

Para continuar com o exemplo da História, a historiografia de hoje exige temas problematizados, sobretudo nos meios acadêmicos. Seriam bons temas para a “História-Problema” de a partir do século XX recortes como ... “a alteridade entre espanhóis e nativos meso-americanos nas primeiras décadas da Conquista da América”, “as restrições à educação feminina no Islamismo Afegão de fins do século XX”, “a dessacralização do poder público durante a Revolução Francesa” (e não simplesmente “A Conquista da América”, “O Islamismo Afegão” ou “A Revolução Francesa”).

Ainda mais especificamente, pode-se dizer que um “problema de pesquisa” corresponde a uma *questão* ou a uma *dificuldade* que está potencialmente inscrita dentro de um tema já delimitado (resolver esta questão ou esta dificuldade é precisamente a finalidade maior da pesquisa). O “problema” tem geralmente um sentido interrogativo. Retomando-se o tema da “Alteridade na Conquista da América”, poderíamos dele extrair a seguinte indagação: “O Choque Cultural foi vivenciado de formas distintas por conquistadores espanhóis e por conquistados meso-americanos? Ou, ainda, “qual a contribuição do Choque Cultural para a implementação de uma conquista espanhola da Meso-América tão rápida e com um número tão reduzido de homens?”.

Dentro do tema do “Islamismo Afegão”, poderíamos por exemplo destacar o seguinte problema em forma de indagação: “quais as funções sócio-políticas que motivaram a restrição à educação feminina no Islamismo Afegão do final do século XX”? Ou, ainda, “que estratégias de resistência foram desenvolvidas pelas mulheres afegãs diante das restrições à educação impostas pelo Islamismo talibã no final do século XX”?

Note-se ainda que um problema não precisa estar necessariamente escrito sob a forma interrogativa. O seu sentido é que precisa ser interrogativo. Assim, se declaro que o meu problema corresponde às “funções sócio-políticas que teriam motivado a restrição à educação feminina no Islamismo Afegão do final do século XX”, já está embutida aí uma indagação, mesmo que eu a apresente camuflada sob uma forma redacional declarativa. A

incorporação de uma problemática é fundamental para a História hoje que se escreve nos meios acadêmicos e no âmbito da prática historiográfica profissional. Qualquer gênero historiográfico – da história das civilizações à biografia – pode ser percorrido a partir de um problema.

O tema por outro lado, não precisa ser atravessado por um problema único. Ele pode ser perpassado por um “campo de problemas” ou por uma problemática que se desdobra em duas ou três indagações mais específicas. Se proponho, sem uma maior especificação, uma tese sobre “a repressão à educação feminina no Islamismo Afegão do final do século XX”, abro um claro espaço para alguns problemas interligados. Nenhuma repressão é gratuita. Frequentemente ela tem bases políticas, econômicas, imaginárias, religiosas ou consuetudinárias. Assim, uma primeira questão, ou um primeiro problema que se cola a este tema, refere-se precisamente às *motivações sociais* que produziram o fenômeno da repressão à educação feminina no Afeganistão. Por outro lado, nenhuma repressão existe sem gerar alguma forma de resistência. Estudar a repressão à educação feminina é indagar também pelas *formas de resistência* que as mulheres afegãs desenvolveram em relação a esta prática no período considerado. Tem-se aí um segundo problema, que pode ser examinado em contraponto ao primeiro. Outro problema implícito poderia se referir ao caráter processual deste fenômeno. Porque ele eclode no final do século XX? Qual a história deste padrão repressivo? O tema proposto, como se vê, abre-se não só a um único problema, mas a um campo de problemas que possivelmente apresentam uma interligação a ser decifrada pelo próprio pesquisador.

A delimitação do tema, enfim, e estes foram apenas alguns exemplos, é um passo fundamental para que se possa iniciar com segurança e coerência esta complexa viagem que é a pesquisa em qualquer uma das diversas áreas de conhecimento.

Bibliografia

BARROS, José D’Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CERTEAU, Michel de. “A operação histórica” In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p.31-64 e p.65-119.

CROCE, Benedetto. *Teoria e storia della storiografia*. Bari: Laterza & Figli, 1943.

- DA MATTA, Roberto. *Relativizando – uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 (6ª Edição).
- DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma Tese*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- FEBVRE, Lucien. *Martín Lutero: un destino*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.
- HILL, Christopher. *O Eleito de Deus*. São Paulo: Companhia de Letras, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.
- REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico*. São Paulo: Ática, 1994.
- TODOROV, T. *A Conquista da América – a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

¹Benedetto CROCE, *Teoria e storia della storiografia*, Bari: Laterza & Figli, 1943. Lucien FEBVRE, *Combates pela História*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

²Edgar MORIN. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

³Roberto DA MATTA. *Relativizando – uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 (6ª Edição). p.128.

⁴Só nas últimas décadas do século XX começam a retornar, por exemplo, as possibilidades de um historiador tomar para objeto de estudo uma grande batalha, como foi o caso da *Batalha de Bouvines*, de Georges Duby. E as biografias de grandes personagens, depois de um longo ostracismo, também retornam em obras como o *São Luís* e o *São Francisco de Assis* de Jacques Le Goff e com o *Eleito de Deus* (Oliver Cromwell) de Christopher Hill. Quanto às biografias problematizadas de Lucien Febvre – sobre Lutero, Rabelais e Erasmo – foram exceções na primeira geração dos Annales, uma espécie de caminho prenunciado mas deixado a percorrer por gerações bem posteriores.

⁵Michel de CERTEAU. A operação histórica In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.p.31-68.

⁶TODOROV, T. *A Conquista da América – a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

⁷Umberto ECO. *Como se faz uma Tese*. São Paulo: Perspectiva, 1995. p.8.